

Seminário discute a água como “commodity”

Jerson Kelman, diretor-presidente da ANA, diz ao Primeira Leitura como são os modelos brasileiro e chileno de administração de recursos hídricos, as virtudes e os defeitos de cada um deles; na América Latina, os dois países estão na frente dessa administração

Brasília é sede desta terça até sexta-feira de um seminário internacional que vai discutir as políticas públicas para os recursos hídricos. Traduzindo: acabou-se o tempo em que a água era dada como bem infinito e a mãe-natureza se encarregava de fornecê-la na medida de todas as necessidades, da indústria ao comércio, passando pelas residências urbanas e rurais. Em países desenvolvidos e alguns emergentes, com destaque para o Brasil, por exemplo, a água é começa a ser vista como “insumo produtivo”, uma verdadeira “commodity”. Alguns especialistas tratam-na como “commodity do século”.

Pela primeira vez, no Seminário Latino-americano de Políticas Públicas de Recursos Hídricos (Grand Bittar hotel/Setor Hoteleiro Sul), especialistas do setor públicos e da iniciativa privada envolvidos com a administração da água vão apresentar e analisar os modelos já implantados e que tratam o assunto dentro de uma política de desenvolvimento sustentável e de preservação ambiental. Segundo alguns cientistas, mesmo os não-alarmistas, estimam que a partir de 2050 os recursos hídricos começarão a faltar. O assunto foi tema da revista deste site, exatos três anos atrás, quando editamos – no rastro do apagão de energia elétrica – uma reportagem especial intitulada “*O apagão do esgoto e da água*”. A reportagem, de setembro de 2001, está reproduzida nesta edição.

Entre outras, vão ser relatadas e estudadas no seminário internacional as experiências dos EUA, Brasil, Chile, África do Sul, Canadá, Espanha e Equador. Representantes do Bando Interamericano de Desenvolvimento (BID), da OEA (Organização dos Estados Americanos, Banco Mundial (Bird) e Cepal confirmaram presença. A ministra Marina Silva (Meio Ambiente), o diretor-presidente da Agência Nacional de Águas (ANA), o secretário de Recursos Hídricos, João Bosco Senra, e o secretário-executiva da Cepal (Comissão Econômica para a América Latina), o argentino José Luiz Machinea, estarão na abertura, nesta terça.

Leia abaixo, os principais trechos de uma entrevista concedida pelo diretor-presidente da ANA, Jerson Kelman, ao **Primeira Leitura**:

Primeira Leitura: Da América Latina, quem saiu na frente e já, pelo menos, discute o problema dos recursos hídricos?

Jerson Kelman: Brasil e Chile podem ser apontados, com segurança, como os dois países que saíram na frente. No Brasil, começamos a formar a consciência de que não podemos olhar para os rios e lagos como fontes inesgotáveis de água. Até porque, estamos diante de uma tragédia: no Sul, os rios estão sujeitos; no Nordeste, os rios não têm água.

Que modelos os brasileiros e os chilenos adotaram para as respectivas políticas de recursos hídricos?

Os chilenos seguem o modelo do Meio-Oeste norte-americano. A água é tratada como uma propriedade, à semelhança de quem tem propriedade sobre uma terra. Isto é, os bens hídricos são transacionáveis. Quem faz, pelo menos em teoria, mais e melhor fica com o bem. Se um proprietário gera R\$ 1 com um metro cúbico de água e outro proprietário pode gerar R\$ 2 com o mesmo metro cúbico, então, o que gera mais lucro explora o bem. Há o direito de registro e o

bem pode ser transferido.

Já o modelo brasileiro...

No Brasil, nós seguimos o modelo francês. O modelo está posto em prática na bacia do rio Paraíba do Sul. Não se usa mais água dali sem que alguém pague por ela. A concessão pelo uso da água é um ato administrativo, unilateral, do Estado, que faz uma outorga. Como o uso da água outorgada gera "deseconomia" para terceiros, quem usa a água paga por ela. O dinheiro arrecadado não vai para o caixa geral do Tesouro. O dinheiro volta para a bacia de onde saiu a água e onde esse recursos serão investidos.

Como não há sistemas perfeitos, quais são os defeitos de um e de outro?

Os chilenos enfrentaram um pecado original: a alocação inicial, isto é, a escolha de quem ia explorar os recursos hídricos, foi feita por meio de um leilão. Os mais informados sobre o assunto tomaram conta dos leilões, deixando de fora muita gente desinformada, mas que era parte interessada no processo de uso da água. No caso brasileiro, o modelo exige um regime administrativo complexo, uma vez que os rios cortam várias regiões e, não raro, ora a água está sob controle estadual ora está sob controle federal. Enfrentamos até hoje essa confusão. Com este seminário internacional, em Brasília, vamos levantar detalhes e trocar experiência sobre modelos, suas virtudes e defeitos.

Entrevista dada ao Rui Nogueira para o site da Revista Primeira Leitura.

<http://www.primeiraleitura.com.br/auto/leia.php?id=32682>